

Ata da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

Aos sete de outubro de dois mil e treze, às 14 horas, na Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Previdenciária, situada na Rua Uberaba, 295, 4ª andar, Bairro Barro Preto, nesta capital, reuniu-se o Conselho Fiscal do Regime Próprio da Previdência Social – RPPS, do Município de Belo Horizonte com a presença dos seguintes conselheiros: Murilo Fróes dos Reis, presidente, Márcio Costa Bichara, Leonardo Amaral Castro, Omar Pinto Domingos, Mauro Heleno Ladeira de Oliveira e Maria Cristina Castelo Branco. Também presentes Márcio Almeida Dutra, Secretário Municipal Adjunto de Gestão Previdenciária e as servidoras Marcelle Matilde Tufi Santos e Mara Suellen de Souza Oliveira. Márcio Dutra iniciou a reunião apresentando a ata da 9ª reunião ordinária, que foi aprovada e assinada por todos. Na sequência, foi feita a apresentação do primeiro ponto de pauta, Demonstrativo Previdenciário do 3º bimestre, por Marcelle Matilde que expôs as tabelas e gráficos com o comportamento das receitas e despesas por fundos, FUFIN e BHPREV e, em seguida, os valores consolidados do período. Mara Suellen apresentou o segundo ponto de pauta, as atividades da Gerência das Folhas de Benefícios Previdenciários. Márcio Dutra chamou atenção do item proventos, a partir da Lei Municipal nº 10.362/2011, esclarecendo aos Conselheiros o que compõe as verbas do cargo efetivo. Explicou que o servidor poderá optar pela incidência de contribuição previdenciária em parcelas que não são próprias da remuneração do cargo efetivo, como por exemplo, a jornada complementar. Sendo assim, mencionou que quando recolhida a contribuição previdenciária computa-se para o cálculo da média do benefício. Mara Suellen seguiu comentando sobre a manutenção dos benefícios, exclusão por maioria, falecimento, renúncia e laudo médico. Logo depois, expôs que o Sistema Nacional de Óbitos – SISOBI é atualizado e utilizado mensalmente para retirar o benefício quando do falecimento do beneficiário. Márcio Dutra ponderou que o sistema é importante ferramenta nas rotinas de atualização do cadastro e dos processos. Mencionou que foi demandada ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC - a aquisição de um sistema previdenciário para atender as especificidades da previdência. Mara comentou sobre o SISBEP e informou que os valores lançados são oriundos de débitos da extinta BEPREM que oferecia os serviços de natureza assistencial, que não foram pagos devidamente pelos servidores e lançados na contabilidade como crédito a recuperar. Omar Domingos informou que o CGTIC é um órgão técnico e indagou se o processo foi atualizado. Márcio Dutra respondeu que houve aprovação do CGTIC, todavia tais despesas devem ser licitadas. Informou que no orçamento está consignada tal despesa e que foi devidamente fixada. Omar mencionou que a Prefeitura de Belo Horizonte está pensando na possibilidade da aquisição de um sistema único. Márcio Dutra salientou que é muito difícil um sistema enxergar todas as rotinas. Comentou que a equipe da Previdência visitou a empresa Ábaco em Mato Grosso para verificar o funcionamento do sistema de concessão de benefícios e folha de pagamento. Márcio Dutra comentou que na aplicação de reajustes as ações devem ser bem planejadas para que as fórmulas busquem as alterações propostas pela Lei Municipal. As rotinas de segurança de sistema hoje se baseiam no sistema ARTERH. Márcio Dutra mencionou que o SIPREV é um sistema desenvolvido pelo Ministério da Previdência Social que busca os dados de todos os Regimes Próprios de Previdência para gerar um banco de dados nacional. Nesta base de dados, serão cruzadas informações para o MPS identificar as fontes de benefícios pagos, que poderão estar em duplicidade para mais de um servidor, exemplificou. Explicou que a SMAGP está

fazendo sua parte nas atualizações e adequações propostas pelo MPS e mencionou que estão ocorrendo treinamentos para que toda a equipe seja capacitada na operacionalização do sistema. Omar Domingos indagou se houve registros de fraudes com a consignação do BMG, informando que foi vítima de fraude em sua folha de pagamento. Disse que até hoje não teve acesso ao Decreto Municipal que disciplina sobre consignações. Márcio Dutra mencionou que as regras sobre o tema são definidas pelas Secretarias de Finanças, Planejamento e Recursos Humanos. Márcio Dutra informou que a SMAGP, em que pese ter relação com a matéria, não participa das deliberações. Passou-se então para o último ponto de pauta sobre os assuntos deliberados pelo Conselho de Administração, onde Márcio Dutra mencionou que para as novas entradas de recursos do RPPS-BH, haverá diversificação da carteira dentro do segmento de Renda Fixa em decorrência da volatilidade do mercado e do cenário econômico. Todavia, mesmo fazendo essa diversificação provavelmente nenhum RPPS atingirá a meta atuarial, IPCA + 6% a.a. Em relação à contratação da consultoria financeira para gestão dos recursos do RPPS-BH, disse que o processo está em sua fase final, com análise da documentação exigida pela licitação. Márcio Dutra informou aos conselheiros que não houve resgates das aplicações financeiras no BHPrev, uma vez que não há nenhum pagamento de benefício, colaborando assim para não realizar prejuízo. Essa contratação é de suma importância para orientar a política de investimentos para 2014. Informou também que o conselheiro Ângelo Flores solicitou pautar a destinação do imóvel do RPPS-BH em Lagoa. Informou ainda sobre a apresentação do PPAG e proposta da LOA 2014 para o RPPS-BH, matéria privativa de aprovação do Conselho. O presidente Murilo Fróes pediu esclarecimentos sobre os benefícios previdenciários do artigo 23 combinado com o artigo 150 da Lei Municipal nº 10.362/2011. Márcio Dutra respondeu que estes artigos deverão constar de proposta de alteração da Lei. Murilo Froes perguntou se a SMAGP tem elencado todos os artigos que sofrerão alteração e Márcio Dutra mencionou que a proposta de alteração de lei será encaminhada ao Conselho de Administração para conhecimento. Murilo Fróes disse que como entidade representativa dos servidores, a participação do Conselho Fiscal é importante nas pautas onde ocorra deliberação. Em resposta ao questionamento do Presidente, Márcio informou que o término do mandato dos conselheiros dar-se-á em março de 2014. Informou ainda que a SMAGP ofertará capacitação para todos os conselheiros sobre ciência atuarial nos meses de novembro e dezembro, propiciando mais segurança para as deliberações. A próxima reunião ordinária do Conselho Fiscal foi confirmada para o dia 09/12/13. Nada mais a ser tratado, eu, _____ Marcelle Matilde Tufi Santos – BM 104.044-6, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, deverá ser assinada por todos os presentes.

Murilo Fróes dos Reis

Mauro Heleno Ladeira de Oliveira

Leonardo Amaral Castro

Márcio Costa Bichara

Omar Pinto Domingos

Maria Cristina Castelo Branco